



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

PORTARIA Nº 020/2020
INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

Considerando o encaminhamento a este Ministério Público de Contas, pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público – CAOPP/MPE, de notícia de irregularidade detectada em trilha aplicada pela ARCCO/MG – Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção relativa à aplicação irregular de recursos públicos no procedimento de dispensa de licitação n. 329/2020, realizado pelo município de Uberlândia, , cujo objeto é *“a contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviço de desinfecção e sanitização de bens móveis e imóveis, superfícies e equipamentos em áreas externas e internas de locais públicos, inclusive pavimentos e calçadas, visando prevenir e mitigar os efeitos do coronavírus”*;

Considerando que, apesar de a empresa contratada, AEROTECH – PREVENÇÃO E COMBATE EIRELI, **não possuir funcionários registrados, conforme dados localizados em sistema de pesquisa específico**, o termo de referência anexado ao procedimento da dispensa traz exigências relativas à necessidade de existência de equipe de funcionários na empresa, tais como:

- disponibilização de 1 (um) piloto de drone/vant com capacitação para operá-lo em sua totalidade;
- disponibilização em tempo integral de equipes compostas por 20 (vinte) profissionais por turno, que serão responsáveis pela execução dos serviços de nebulização, mediante a utilização de bombas costais elétricas e/ou motorizadas, bem como nebulizadores costais portátil em forma de aerossol UBV (ultra baixo volume);
- disponibilização de 2 (dois) motoristas e 2 (dois) auxiliares com capacitação de operar os veículos que irão transportar os pulverizadores;
- disponibilização de 1 (um) responsável técnico com registro no conselho de química, com qualificação para determinar as recomendações de aplicação de saneantes nos diversos tipos de ambientes, de acordo com as recomendações da OMS – Organização Mundial de Saúde, do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

Considerando que, apesar de a empresa AEROTECH – PREVENÇÃO E COMBATE EIRELI **possuir em seus registros apenas três veículos reboques, adquiridos em julho de 2020, conforme dados localizados em sistema de pesquisa específico**, o mesmo termo de referência do procedimento de dispensa de licitação também exige da contratada a disponibilização de veículos próprios para a prestação dos serviços contratados, nos seguintes termos:

- 2 (dois) veículos com capacidade de transporte dos pulverizadores pesados, com tanque de capacidade mínima de 500 (quinhentos) litros, e com equipamento que permita a medição da quilometragem percorrida;
- 1 (uma) carreta tanque com capacidade de tanque de até 4.500 (quatro mil e quinhentos) litros, acoplada com kit bombeiro;
- veículos próprios com condutores para o transporte dos profissionais de campo, objetivando o deslocamento diário das equipes ao local de prestação dos serviços.

Considerando a permissão contida na cláusula 10 do termo de referência do procedimento de dispensa de licitação n. 329/2020, sobre a realização de subcontratação **em casos permitidos na lei e de apenas parte do serviço contratado**;

Considerando o artigo 72¹ da Lei Geral de Licitações e Contratos n. 8.666/1993, que traz requisitos à realização de subcontratação no âmbito da Administração Pública, relativos sobretudo à limitação quantitativa ou qualitativa do objeto a ser transferido à empresa subcontratada, **vedando expressamente a subcontratação integral do objeto do procedimento licitatório**;

Considerando o alto valor da contratação, **correspondente ao montante total de R\$ 2.577.000,00** (dois milhões e quinhentos e setenta e sete reais), com pagamento a ser realizado em seis parcelas mensais de R\$ 429.500,00 (quatrocentos e vinte e nove mil e quinhentos reais);

¹ O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

Considerando que o §1º do artigo 4º-E da Lei Federal n. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, admite a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado que contenha, dentre outros elementos, a estimativa dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: portal de compras do governo federal; pesquisa publicada em mídia especializada; sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; contratações similares de outros entes públicos; ou pesquisa realizada com os potenciais fornecedores;

Considerando que o **termo de referência** relativo ao procedimento de dispensa de licitação n. 329/2020, publicado no site da transparência da Prefeitura Municipal de Uberlândia, **não apresentou a estimativa de preços exigida pelo §1º do artigo 4º-E da Lei n. 13.979/2020, nem qualquer justificativa sobre a ausência de cumprimento do dispositivo legal, em discordância com o §2º do mesmo artigo;**

Considerando que, conforme noticiado no próprio site da Prefeitura Municipal de Uberlândia, **a higienização dos locais públicos no município já foi realizada pelo DMAE – Departamento de Água e Esgoto de Uberlândia, em março de 2020,** colocando em dúvida a necessidade de contratação de uma empresa privada para a realização do mesmo serviço;

Considerando a necessidade de complementar as informações consubstanciadas na Notícia de Irregularidade nº 110.2020.825, como forma de preparação para a atuação deste Ministério Público de Contas no exercício de suas atribuições, sobretudo quanto à tutela do interesse público;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, VI, da Constituição Federal; 67, I, b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 4º, inciso I, e §1º, e no artigo 6º da Resolução MPC-MG nº 14, de 18 de dezembro de 2019;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar o presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO** para apurar a ocorrência dos indícios de irregularidades noticiados e identificar os possíveis responsáveis, determinando, desde já, a expedição de ofício à Prefeitura Municipal de Uberlândia requisitando, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, os seguintes documentos:

- a) Cópia integral, **fase interna e externa, do procedimento de dispensa de licitação n. 329/2020;**
- b) Cópia de toda a **documentação fiscal relativa ao procedimento de dispensa de licitação n. 329/2020**, tais como notas de empenho, notas fiscais, notas de liquidação e ordens de pagamentos;
- c) Cópia do **ato de designação dos agentes públicos municipais nomeados para as funções de fiscal do contrato e gestor do contrato**, nos termos das cláusulas 9.1 e 9.1.1 do termo de referência da dispensa de licitação n. 329/2020.

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2020.

DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES

Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais
(Documento assinado digitalmente)